

Presidente do STJ participou, em Nova York, do fórum das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável



O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro João Otávio de Noronha, participou no dia 16/07 do High Level Political Forum (HLPF 2019), em Nova York. O encontro é a principal plataforma da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento sustentável e tem papel central no acompanhamento e na revisão da Agenda 2030 para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível mundial.

O fórum realiza anualmente, durante oito dias, revisões periódicas da Agenda 2030, cujo documento foi aprovado em 2015 pelos 193 países-membros das Nações Unidas, tendo como principal pilar os 17 ODS. O encontro começou no último dia 9 e encerrou no dia 18, tendo como temas a capacitação de pessoas, a inclusão e a igualdade.

Os representantes da iniciativa privada e do setor público brasileiro fizeram apresentações sobre o avanço das ações que contribuem para a agenda global de desenvolvimento sustentável, debatendo os desafios do país e o papel dos ODS para a economia nacional.

Instituições eficazes - Em seu pronunciamento, o presidente do STJ tratou principalmente da implementação do ODS 16 no tribunal, abordando o fortalecimento do estado de direito, a garantia do acesso à Justiça e a construção de instituições fortes e eficazes.

O assessor-chefe da Assessoria de Relações Internacionais do STJ, Mauro Furlan, ressalta que a participação do tribunal no evento é “a diplomacia judicial no seu mais alto nível”. Segundo ele, o desenvolvimento dos ODS no Brasil envolve o comprometimento dos três poderes, sendo fundamental que eventos dessa natureza recebam a perspectiva do Judiciário – sobretudo do STJ, cuja atuação tem impacto direto no dia a dia das pessoas.

“O STJ está muito avançado e tem muito a compartilhar com o mundo em termos de procedimentos que contribuem para a sustentabilidade, como, por exemplo, o processo judicial eletrônico. O fórum dá, justamente, essa oportunidade. É uma plataforma da

maior importância em que o STJ se fará presente”, afirmou.

Para a assessora-chefe de Gestão Socioambiental do STJ, Ketlin Feitosa Scartezini, o convite para o evento reflete o empenho do tribunal na implementação dos ODS. “Hoje nós levamos nosso exemplo de sustentabilidade para mais de 16 mil pessoas, em capacitações externas e internas. Somos disseminadores dessas práticas relacionadas à qualidade do gasto e à preservação do meio ambiente”, disse.

Pacto global - Lançado em 2000 pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Pacto Global reúne empresas e organizações para promoverem e incorporarem, em suas estratégias

e operações, princípios e valores fundamentais internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. É hoje a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 13 mil membros em quase 80 redes locais, que abrangem 160 países.

O objetivo é facilitar o progresso de empresas e corporações, aprofundando a troca de conhecimento e experiência entre os parceiros, que assumem a responsabilidade de contribuir para o alcance da agenda global de sustentabilidade. A sede do Pacto Global é em Nova York.

Fonte: STJ

CNJ Serviço: Saiba quando a decisão final é dada por sentença ou em acórdão



A conclusão do processo judicial pode ocorrer por meio de uma sentença ou de um acórdão, conforme a instância em que ocorre o julgamento. Sentença é o ato judicial pelo qual o juiz encerra o processo em primeiro grau. Por meio da sentença, o julgador decide, de forma monocrática, a questão levada ao seu conhecimento e põe fim ao processo na primeira instância. A sentença pode ser emitida com ou sem o julgamento do mérito, ou seja, acolhendo ou não a causa levantada pela parte.

Após a finalização do julgamento de um processo em primeira instância, as partes envolvidas podem apresentar recurso a órgãos colegiados nas instâncias superiores, que irão analisar o feito e emitir decisão. Nesses casos, será designado um relator para elaboração de um parecer que poderá ser seguido ou não

pelos demais membros do grupo. A decisão do colegiado é chamada acórdão.

Conforme o artigo 204, do Código do Processo Civil (CPC), acórdão é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais. Nesse caso, todos ou a maioria dos julgadores devem entrar em acordo para que a decisão seja aprovada. O nome acórdão é adotado justamente por se tratar de uma decisão tomada não apenas por uma pessoa ou instituição, mas sim a partir do entendimento entre todos os membros do colegiado (conjunto de julgadores), que após análises e deliberações chegam a uma sentença em conjunto.

A diferença fundamental entre a sentença e o acórdão é que a sentença é definida apenas por um julgador, enquanto o acórdão envolve vários julgadores para obtenção de um resultado final. Tanto a sentença quanto o acórdão marcam o fim do processo, ao menos na instância em que ele se encontra. (Fonte: CNJ)

TRF1 conquista primeiro lugar em maturidade de governança da JF



A pesquisa sobre o Ciclo de Governança da Justiça Federal 2018/2019, realizada pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), aponta que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região é o primeiro colocado com maior nível de maturidade em governança da Justiça Federal, com média de 83.21 pontos.

Em relação aos anos anteriores, o órgão evoluiu no índice Geral de Governança das Unidades Judiciárias da JF (iGovJF) que mede os graus de maturidade em governança: em 2016, passou de 67.1 para 73.3 e alcançou 83.2 em 2018. Assim, o Tribunal subiu do nível intermediário para o aprimorado.

Das cinco áreas avaliadas pelo sistema, o TRF1 ficou com médias maiores que 70 pontos em todas. Monitoramento e Avaliação dos Resultados é a dimensão com maior pontuação (95.5) seguida das categorias Estrutura e Funcionamento da Rede de Governança (93.8); Gestão de Pessoas e da Informação (80.0); Execução da Estratégia – Melhoria e Inovação (78.6) e Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência (70.0).

Além de o TRF1, a Seção Judiciária de Rondônia (SJRO) também se destacou, subiu da 17ª posição no ranking para a 2ª, passando do nível de governança inicial (média menor que 30 pontos), em 2015, para o nível aprimorado (entre 70 e 100) em 2018. A Seccional atingiu 82.2 pontos na média em 2018. (Fonte: TRF1)

Aniversariantes

Hoje: Luiz Carlos Bittencourt Goulart (16ª Vara), Marcos Antonio Oliveira de Souza (10ª Vara), Carla Lariny Silva de Oliveira (Juazeiro) e Victoria Costa de Jesus Costa (Viverde). **Amanhã:** Juiz federal Gilberto Pimentel de Mendonça Gomes Junior (Irecê), Avani Cristina Néri Gomes (NUCJU), Marcia Jessiara Lopes de Sá (Campo Formoso), Joyleine Rocha Cairo (19ª Vara), Jéssica Leão Azevedo (Bom Jesus da Lapa), Thamires Santos Viana Moreira (Paulo Afonso) e Amilton de Jesus Lopes (Mega Service).

Parabéns!